

A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA QUILOMBOLAS NA UFMT

PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

Wesley Henrique Alves da Rocha¹

Eva da Silva Alves²

José Genivaldo de Arruda Barbosa³

Marileide Pinheiro da Silva⁴

Elizabete Maria da Silva⁵

Resumo: Este artigo objetiva refletirmos acerca das condições de permanência ofertadas aos estudantes quilombolas, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pela administração da universidade na manutenção do programa. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa, operacionalizada como uma pesquisa de campo na Universidade Federal de Mato Grosso, com um estudante ingressante por meio do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombola (PROINQ), remanescente da comunidade Mata Cavalo (MT) e com dois servidores da Pró-reitora de Assistência Estudantil (PRAE). Após a implementação do programa, a administração da universidade tem encontrado obstáculos

¹ Bacharel em Psicologia (UFMT). Especialista em Gestão Pública (IFMT). Mes-trando em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT). E-mail: wesley020794@gmail.com

² Bacharel em Ciências Contábeis (UNIC). Especialista em Gestão Pública (IFMT). E-mail: evabarbosaval@gmail.com

³ Graduação em Tecnologia em Processos Gerenciais (UNOPAR). Especialista em Gestão Pública (IFMT). E-mail: josegenivaldo@gmail.com

⁴ Graduação em Secretariado Executivo Bilingue (IFMT) e Licenciatura em Letras/Inglês (UNIVAG). Especialista em Gestão Pública (IFMT). E-mail: marileidepinheiros@gmail.com

⁵ Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária (Universidade Católica Dom Bosco). E-mail: elizabete.silva@vgd.ifmt.edu.br

para sua manutenção, sobretudo os cortes orçamentários efetuados pelo Governo Federal, impactando diretamente na permanência dos estudantes, o choque cultural também é um fator relevante.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Ações afirmativas. PROINQ. Quilombolas.

THE AFFIRMATIVE ACTION POLICY FOR QUILOMBOLAS AT UFMT STUDENT PERMANENCE

Abstract: This article aims to reflect on the conditions of permanence offered to the quilombola students, as well as on the difficulties faced by the administration of the university in the maintenance of the program. The methodology adopted was a descriptive bibliographical research with a qualitative approach, operationalized as a field research at the Federal University of Mato Grosso, with an incoming student through the Program of Inclusion of Quilombola Students (PROINQ), remnant of the Mata Cavalo (MT) and with two servers of the Pro-Rector for Student Assistance (PRAE). After the implementation of the program, the administration of the university has encountered obstacles to its maintenance, especially the budget cuts made by the Federal Government, directly impacting on students' stay, cultural shock was also a relevant factor.

Keywords: Public policy. Affirmative actions. PROINQ. Quilombolas.

Introdução

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa apresentado ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, onde se optou pelo recorte do objeto: o programa de inclusão de estudantes quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso: permanência dos estudantes e dificuldades de manutenção do programa.

Há, no Brasil, grupos sociais que precisam ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social, tais como as mulheres e negros, por exemplo, dada a condição de exclusão social que esses grupos sofreram historicamente no país.

As políticas públicas de ações afirmativas são um desses mecanismos criados para minimizar essa exclusão histórica. Em 2002, no âmbito da Administração Pública Federal, foi criado o Programa de Ações Afirmativas, que fomentou medidas de incentivo à inclusão de mulheres, afrodescendentes e portadores de deficiência. Em 2012, criou-se a Lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, garantindo a reserva de 50% das matrículas por curso e turno, sendo 25% das vagas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, 25% para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio e, ainda, um percentual para pretos, pardos e indígenas, conforme o último Censo Demográfico do IBGE de cada região.

Com a criação desta lei, pretendeu-se garantir o direito à igualdade racial e social, enfrentando o legado de exclusão e discriminação que tem negado, ao longo da história, à mais da metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos fundamentais. Vale mencionar que, segundo dados divulgados pelo IBGE em 2016, a população negra brasileira soma aproximadamente 54,9%.

Cada universidade tem autonomia para criar políticas de ações afirmativas que considerem a especificidade de cada região, como foi na Universidade Federal de Mato Grosso, que além das políticas criadas pelo próprio Governo Federal, criou também a

ação afirmativa para a inclusão de estudantes quilombolas, considerando que em Mato Grosso há cerca de 97 comunidades remanescentes de quilombos.

Neste artigo abordaremos essa política pública, que é resultante da atividade política, onde através das discussões com diversos atores sociais foram se formando certas concepções. Mais especificamente, teremos como *corpus* de estudo a política pública de ação afirmativa para estudantes quilombolas no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, objetivando refletirmos sobre o processo de criação e implantação desse programa, bem como, as condições de permanência oferecidas a esses estudantes.

A política de ação afirmativa para quilombolas trouxe um grande debate não só para o meio acadêmico, mas para toda a sociedade. A intenção de inserir a população quilombola no meio acadêmico e profissional, por meio da política de ação afirmativa, engendrou, assim, uma batalha de ideias e de poderes, que resultou na criação e implementação do PROINQ, após todo esse processo, é preciso que as condições oferecidas pela universidade e pelo Governo Federal de permanência desses estudantes sejam discutidas, a fim de abrir espaços para discussão sobre o assunto e possibilitar possíveis mudanças.

A inserção social por meio da ação afirmativa busca diminuir o imenso abismo sociocultural existente no estado, a primeira hipótese é que ao buscar minorar o dano que o preconceito racial gerou, historicamente, aos quilombolas, a política de ação afirmativa está contribuindo no combate ao racismo, discriminação e exclusão social. A segunda hipótese é que a universidade ao implantar tal política, ofereceu condições para que esses estudantes possam ingressar

e permanecer no ensino superior, entretanto o atual Governo Federal tem imposto obstáculos para a manutenção de políticas públicas semelhantes a essa.

A criação e implantação de ações afirmativas para quilombolas ainda é pouco discutida, sobretudo as condições de permanência desses estudantes, haja vista que não há leis de regulamentação. Portanto, é de suma importância se refletir sobre o que seria a inclusão real desses estudantes no meio acadêmico.

Metodologia

A pesquisa se caracteriza como revisão bibliográfica descritiva com abordagem qualitativa, operacionalizada como uma pesquisa de campo na Universidade Federal de Mato Grosso, com um estudante ingressante por meio do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombola (PROINQ), remanescente da comunidade Mata Cavalo (MT) e com dois servidores da Pró-reitora de Assistência Estudantil (PRAE), responsáveis pela gestão do programa.

A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema/assunto, para o qual se procura uma resposta, hipótese, reflexões, ou descobrir fenômenos e as relações entre eles (MARCONI e LAKATOS 2009, p.188).

A pesquisa qualitativo-descritiva está direcionada ao aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc., produzindo assim informações aprofundadas e ilustrativas sobre o tema abordado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O período de aplicação das entrevistas ocorreu no final do segundo semestre de 2018, onde a PRAE estava trabalhando no pro-

cesso de renovação dos auxílios e bolsas e os estudantes fariam a entrega de documentos comprobatórios para fins de manutenção.

Marco teórico

Inicialmente, será definido o que são políticas públicas. Para Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasceu nos EUA, atualmente nota-se uma expansão na aplicação de métodos científicos às formulações e decisões do governo sobre problemas públicos, inclusive os sociais.

Para Peters (*apud* SOUZA, 2006, p. 24), as políticas públicas são “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”, seguindo o mesmo raciocínio Dye (*ibidem*) define as políticas públicas como o que o governo escolhe ou não fazer, corroborando com os pensadores supracitados Rua (2014, p. 17) destaca que “geralmente [a política pública] envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”, enfim, não existe uma única definição sobre o que seja política pública, mas vale destacarmos que a mais conhecida é a de Laswell, para ele as “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24). Por serem relacionados com direitos garantidos aos cidadãos, as políticas públicas existem em muitas áreas, tais como: educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura, moradia, transporte. Como exemplo de políticas públicas para a educação no Brasil, com abrangência nacional, podemos citar programas como Educação

para Jovens e Adultos (EJA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Universidade Para Todos (PROUNI), entre outros.

A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2018) define as ações afirmativas como um tipo de política pública, criadas pelo governo ou até mesmo pela iniciativa privada, visando corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, resultantes de séculos de segregação racial no país. No Brasil, as políticas de ações afirmativas partem do princípio da equidade, ou seja, tratar os desiguais de forma desigual, isto é, garantir que todos que não tiveram igualdade devido ao racismo/discriminação, tenham oportunidades de acesso à educação. Apenas em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e essenciais para a redução de desigualdades no país, entretanto, já no início da década de 2000, algumas universidades públicas no Brasil já haviam adotado as cotas raciais para negros, pardos e indígenas, “além de colaborar para a eliminação de elementos persistentes das discriminações que se forjaram no passado e se recriam no presente, seu objetivo é também favorecer um ambiente acadêmico mais diverso” (BETONI, 2014, p. 01).

Segundo Oliveira (2011, p. 174), os quilombolas “são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural, que se auto definem a partir de relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”, entretanto, é preciso destacarmos que a identidade étnica é um processo de auto identificação, ou seja, “a classificação de uma comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de

como aquele grupo se compreende, se define” (OLIVEIRA, 2011, p. 174). Vale ressaltarmos ainda que, há no estado de Mato Grosso cerca de 97 comunidades de quilombos e que, infelizmente, nenhuma dessas comunidades recebeu a titulação de seu território (LOURENÇO, 2016).

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) é uma instituição de ensino superior federal, criada em 10 de dezembro de 1970, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja sede encontra-se em Cuiabá/MT, possuindo campi em mais cinco cidades do interior de Mato Grosso: Barra do Garças, Pontal do Araguaia, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande. A missão da instituição é “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo com a formação de cidadãos e profissionais altamente qualificados, atuando como vetor para o desenvolvimento regional socialmente referenciado” (UFMT, 2012, p. 8), para tanto, os princípios norteadores de suas ações são: interação e articulação, compromisso social, sustentabilidade das ações, autonomia e democracia.

A ação afirmativa para inclusão de alunos quilombolas no âmbito da UFMT, foi criada a partir da reivindicação de diversos grupos sociais (indígenas, quilombolas, representantes de diversas instituições), visando corrigir desigualdades raciais presentes no estado e acumuladas ao longo dos anos, haja vista que o direito ao ensino superior público e de qualidade foi usurpado desse grupo social.

As ações afirmativas na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foram construídas nos últimos quatorze anos com a participação de diversos grupos sociais, povos indígenas, quilombolas e representantes da comunidade acadêmica, movimentos sociais do estado de Mato Grosso que reivindicaram da universidade a proposição e a criação de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior. As ações afirmati-

vas como constitutivas de políticas públicas no ensino superior criadas na UFMT estão amparadas na Carta Constitucional, no marco legal vigente do ensino superior e nas resoluções aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão superior e deliberativo da universidade. (LOURENÇO, 2016, p. 47)

Segundo Lourenço (2016), o Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) da Universidade Federal de Mato Grosso teve como marco inicial a data de 7 de dezembro de 2013, quando foi realizado o *Seminário Comunidades Quilombolas de Mato Grosso: território, educação e patrimônio cultural*, evento este que contou com a participação de oito comunidades de quilombos dos municípios de Chapada dos Guimarães, Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade, Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento, de representantes da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e da Coordenação de Políticas Acadêmicas e Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil - PRAE/UFMT. O Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas foi instituído com a Resolução CONSEPE nº. 101, de 26 de setembro de 2016, sendo que o primeiro vestibular para candidatos(as) quilombolas do estado de Mato Grosso se deu em 2017.

Conforme levantamento feito por Teperdgian (2018), há no Brasil mais de 40 instituições que fazem sua própria reserva de vagas considerando as especificidades regionais, dentre elas temos, por exemplo, a Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que fazem processos seletivos específicos para estudantes quilombolas. Na Universidade

Federal do Pará, por exemplo, o programa de inclusão de estudantes quilombolas teve início em 2014, tendo 42 estudantes quilombolas matriculados, desde o início da empreitada a instituição e os próprios estudantes enfrentaram barreiras que foram desde a “implementação até as ações direcionadas para a permanência na universidade, visando à superação das desigualdades, [o que evidenciou a necessidade da] construção de novas políticas ou adequação eficaz das existentes para que sejam capazes de garantir a permanência” (LIMA; *et al.*, 2015, p. 10).

Theodor Lowi (1964) afirma que a política pública faz a política, ou seja, cada tipo de política vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e as disputas e discussões em torno de sua decisão passam por diferentes âmbitos de discussão, ou seja, a implantação de uma política pública enfrentará disputas de poder que historicamente precederam as conquistas de direitos das minorias sociais.

Passada a fase da abolição, com sua conclusão negativa para a população negra, sobretudo para os remanescentes de quilombos, o racismo brasileiro procurou novas roupagens “científicas” (MOURA, 1994), isto é, se mascarando através do mito da democracia racial, que para Avancini (2015), seria uma ideia que vem sendo difundida desde 1933, quando o sociólogo Gilberto Freyre publica sua obra intitulada *Casa Grande e Senzala*, tal ideia se baseia na crença de que no Brasil não existem conflitos raciais, isto é, haveria uma convivência pacífica entre as raças e que todos teriam chances iguais individualmente de sucesso independente de sua cor/raça.

É preciso atentar-se ao que Sawaia (2001) denominou de dialética da exclusão, onde o excluído é constantemente “incluído”, por

diferentes mediações, neste caso especificamente, incluído através das ações afirmativas, mas ao mesmo tempo continua sendo excluído, porém, agora com o sentimento de culpa individual pela própria exclusão, acarretando numa interiorização de sentimentos de insegurança e inferioridade, bem como numa “patologia social ligada à imbricação de múltiplos fatores: a exclusão, limitação das chances sociais, provocaria desorganização familiar e comunitária, socialização defeituosa, perda dos sinais identificatórios, desmoralização, etc.” (JODELET, 2001, p. 63).

Oferecer oportunidades de acesso à educação superior aos grupos marginalizados pela sociedade é de suma importância, haja vista que assim também se possibilita mudanças sociais, no sentido de que esses grupos possam sair da margem e se inserirem na sociedade como protagonistas de suas próprias histórias, entretanto, não adotar estratégias emancipatórias e fornecer condições de permanência aos quilombolas, pode contribuir para a exclusão dessas pessoas, tornando-os os “únicos culpados” pela sua própria exclusão, desconsiderando assim todo o contexto histórico de segregação e escravidão de quase 400 anos, onde em consequência das condições desfavoráveis que os negros enfrentaram para se inserir na estrutura social no período pós-escravidão incutiram uma visão estereotipada do negro como um ser inferior (AVANCINI, 2015).

Além disso, o tal mito da democracia racial “fornece à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais” (BENTO, 2009, p. 48), ou seja, o mito traz em sua essência a negação do preconceito, discriminação e exclusão, a isenção do branco e a culpabilização dos negros (ibidem).

O mito da democracia racial causou lesões nas identidades afrodescendentes, haja vista que escondeu as dores desse povo, “analisando a luta pelo reconhecimento, percebe-se a necessidade de ampliação dos direitos, como o da educação quilombola. Os desafios são grandes, sendo necessário modificar a cultura escolar, que exclui a diversidade” (CARRIL, 2007, p. 539). A autora supracitada, ainda destaca que o espaço acadêmico reflete a sociedade e suas contradições (conflitos, desigualdades, etc.), apesar disso, “priorizar e potencializar as possibilidades existentes tem como objetivo desenvolver mecanismos educativos no horizonte da emancipação” (ibidem, p. 551).

A política pública de inclusão de estudantes quilombolas na UFMT, representa avanços significativos na história da educação superior mato-grossense, notadamente na forma como se inseriram esses estudantes não somente na universidade, mas na própria sociedade que, desde o final da escravidão, tentou coloca-los à margem, num lugar de ausência e esquecimento, mas também é preciso que pensemos sobre as condições de permanência que esses estudantes encontram ao ingressar na universidade.

Resultados e discussão

Em entrevista com dois servidores do quadro de pessoal da Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) da Universidade Federal de Mato Grosso, responsáveis pela gestão do PROINQ, foi informado que as maiores dificuldades encontradas para a manutenção do programa vão desde a manutenção financeira desses estudantes até as barreiras burocráticas postas pelo Governo Federal. A Portaria

nº 389 de nove de maio de 2013, do Ministério da Educação (MEC), criou o Programa de Bolsa Permanência, onde cada estudante quilombola percebe a importância de R\$ 900,00 (novecentos reais), a fim de subsidiar sua permanência e minimizar a desigualdade social, garantindo a diplomação desses estudantes. Entretanto, há dificuldades de acesso, pois, o que ocorreu na prática, foi que o Sistema de Gestão da Bolsa Permanência (SISBP) não permitiu a realização do cadastro desses estudantes, fazendo novas exigências documentais não previstas. Dessa forma, a PRAE se viu obrigada a garantir a permanência dos estudantes, por meio da utilização de parte da verba do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), verba esta que é utilizada para o pagamento das bolsas de outros estudantes também em vulnerabilidade socioeconômica e parte desta verba também subsidia o restaurante universitário.

Nota-se que logo no início da implementação do PROINQ, as dificuldades, até mesmo burocráticas, impostas pelo Governo Federal, acabam por introjetar contratempos ao programa que dificultam o êxito do mesmo, se assemelhando ao caso supracitado da Universidade Federal do Pará. Ademais, em uma notícia veiculada pelo website da UFMT em 16 de junho de 2018, a instituição alerta sobre o corte das bolsas permanência de estudantes indígenas e quilombolas na graduação das universidades públicas federais:

A restrição na oferta do Programa-Bolsa-Permanência (PBP), promovida pelo Governo Federal, afetará a permanência de estudantes indígenas e quilombolas na graduação das universidades públicas federais. O valor do auxílio oferecido é de R\$ 900 e contempla moradia, alimentação e material escolar. O Ministério da Educação (MEC) anunciou durante reunião com representantes dos estudantes indígenas e quilombolas das cinco regiões do Brasil que neste ano serão ofertadas 800

bolsas dessa modalidade para todas as Instituições Federais de Ensino Superior (UFMT, 2018).

É evidente que, tais ações do governo acabam sendo obstáculos significativos para que programas de inclusão no ensino superior, impedindo muitas vezes que se alcancem seus objetivos.

Foi verificada uma situação parecida, com a enfrentada pela UFMT, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que teve dificuldades de concessão e cortes de bolsas e auxílios que garantissem a permanência dos estudantes. Diante dessas adversidades, houve grande mobilização da comunidade acadêmica, com convocação para reunião geral, paralisação, agenda de assembleia geral com indicativo de greve, reunião com Conselho Universitário, com possibilidade de ocupação do mesmo e da Reitoria (DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA, 2018).

Finatti (2008) destaca a necessidade da criação de mecanismos que garantam a permanência dos estudantes quilombolas nas Universidades. Mecanismos estes que reduziriam as desigualdades e seus efeitos, entretanto, quando o próprio Governo Federal coloca entraves para que os resultados das medidas de inclusão sejam positivos, é preciso que a comunidade acadêmica pense em alternativas de luta que visem a conquista e a garantia dos direitos. Para Wanderley (1985) a universidade pode ser descrita como propiciadora de mudanças sociais, portanto, como possibilidade de inclusão desses grupos na academia e no mundo do trabalho qualificado.

Outras questões apontadas pelos servidores entrevistados foram a evasão e as reprovações. Dos setenta e cinco estudantes quilombolas com matrícula ativa, houve evasão de aproximadamente 11%, já entre os que continuam frequentando seus respectivos cur-

sos, 57% deles tiveram alguma reprovação, esses dados sugerem que esses estudantes têm encontrado dificuldades que influenciam diretamente em seus rendimentos acadêmicos. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, há evasão de aproximadamente 9,7% entre os ingressantes por meio de ação afirmativa (VELLOSO; CARDOSO, 2008). Há certa paridade entre os dados, demonstrando que pensar em alternativas que visem minimizar a evasão desses estudantes não é uma tarefa exclusivamente da UFMT, e sim coletiva, envolvendo todas as instituições de ensino que recebem esses estudantes.

O estudante quilombola da UFMT, que foi entrevistado, é remanescente do quilombo Mata Cavalo, uma entre as 97 comunidades existentes em Mato Grosso. Comunidade esta que foi constituída há aproximadamente 134 anos (HELD, 2017), localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, situada a aproximadamente 50 quilômetros da capital, Cuiabá. A comunidade abriga cerca de 500 famílias. Muitos desses residentes tentam juntar pedaços de sua história, por meio do que contam os mais velhos, a fim de construir e, sobretudo preservar uma identidade quilombola, haja vista que a “[...] identidade étnica passa pela preservação da memória coletiva dos quilombolas [...] constituindo-se como elemento importante da tradição, das lembranças e das histórias do grupo, já que são atualizadas nas interações sociais cotidianas” (ALMEIDA; SANTANA, 2012, p. 07).

Em entrevista, o citado estudante, destacou que foi apenas em 2009 que uma escola pública foi fundada em sua comunidade, antes disso, quem quisesse estudar deveria se deslocar até Várzea Grande/MT, uma trajetória de cerca de 30 quilômetros, a partir disso pode-se notar que as dificuldades no acesso a educação já se fazem presentes desde os anos iniciais de escolarização, corroborando com

Lima (*et al.*, 2015) que evidencia que a situação escolar desses povos tradicionais é marcada por uma educação precária.

Quando questionado sobre as dificuldades que encontrou no ingresso no ensino superior, o estudante entrevistado, disse que a maior dificuldade neste processo foi o impacto do ensino pedagógico e a dificuldade de acompanhar as várias disciplinas do curso, segundo o estudante os conhecimentos transmitidos, bem como a metodologia de ensino são muito rápidos. A partir dessa fala é possível compreender, em certa medida, os motivos das evasões e reprovações desses estudantes, o choque cultural é bastante significativo, impactando diretamente no desempenho acadêmico. Para Andrade (*et al.*, 2013), uma alternativa para amenizar o choque cultural seria a inclusão no currículo de disciplinas e discussões voltadas para a diversidade cultural, assim as instituições de ensino formariam sujeitos mais críticos, que gradualmente iriam contribuir no processo de desconstrução desse modelo que negligencia a diferença.

Os fatos narrados pelo entrevistado demonstram que a construção de novas políticas e a adequação das existentes são tão importantes quanto a democratização do acesso ao ensino superior, para que dessa forma se possa garantir a permanência desses estudantes e possibilitar que os mesmos tenham desenvolvimento satisfatório em seus cursos. Deste modo, é de suma importância o rompimento das barreiras, até mesmo as impostas pelo Governo, preconceitos e pré-conceitos que esses estudantes possam sofrer, para isso, acreditamos ser necessária a criação e promoção de políticas dentro da universidade, para estudantes, docentes e técnico-administrativos, que demonstrem que a diferença e a diversidade são constituintes do processo de ensino-aprendizagem.

O processo de inclusão educacional exige planejamento e mudanças sistêmicas político-administrativas na gestão educacional, que envolve desde a alocação de recursos até a flexibilização curricular que ocorre em sala de aula [considerando as diferenças de cada estudante]. Nesse sentido, cada sujeito é um elemento fundamental nesse cenário constituindo assim a rede que sustenta o processo inclusivo. Sendo necessário que todos se sintam parte nessa construção [sentimento de pertencimento] (OLIVEIRA, 2008, p. 131).

Oliveira (2008) destaca ainda que ao refletirmos sobre como conviver com as diferenças no ambiente acadêmico percebemos o quanto ainda é inicial esse assunto, segundo a autora, o modelo educacional adotado ainda hoje traz muitos elementos da integração e não da inclusão. A integração tem a premissa de garantir o acesso de pessoas que estão à margem da sociedade aos espaços sociais, dentre eles a Universidade, através de medidas adicionais centradas nas dificuldades dos estudantes, enquanto que a inclusão além de garantir o acesso aos espaços, também exige participação de toda comunidade acadêmica para se pensar num espaço centrado e orientado para o currículo, e não nas dificuldades dos estudantes.

Isto é, no processo de integração há a garantia do acesso, entretanto, os sujeitos precisam adaptar-se ao meio, enquanto que na inclusão, cada sujeito é visto como único e as diversidades individuais e culturais dos estudantes são consideradas durante todo o processo de construção do currículo.

Com isso, ratifica-se a necessidade de que as ações, cujo objetivo seja amenizar choques culturais, andem de mãos dadas às políticas públicas de inclusão no ensino superior, um exemplo disso, é o Programa de Bolsa de Apoio à Inclusão, oferecido pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFMT, onde estudantes recebem bolsas para dar apoio acadêmico aos ingressantes quilombolas, entretanto,

este programa também tem enfrentado dificuldades, em decorrência dos cortes do Governo Federal, diminuindo drasticamente o número de bolsas concedidas corroborando assim, para a *dialética de exclusão* já citada neste trabalho. Não se encontrou pesquisas ou informações acerca desse programa em outras universidades, haja vista que a UFMT é pioneira dessa ação.

Considerações finais

Dado o exposto, a importância de programas de inclusão no ensino superior é inegável, entretanto, ações que visem amenizar o choque cultural e valorizar a diferença como constituinte do processo ensino-aprendizagem são imprescindíveis. A experiência de socialização da diversidade étnica e cultural na educação, a exemplo dos quilombolas, é riquíssima, mas também traz desafios no sentido de buscar caminhos que levem as múltiplas culturas para dentro dos muros da universidade e que ao mesmo tempo valorize outras fontes de conhecimento, para isso é indispensável a formação continuada para docentes que vão atuar junto a essas populações, a fim de conscientizar também, outros estudantes, valorizando assim as diferenças e as tratando com igualdade na medida de suas particularidades e singularidades, ou seja, tomando a equidade como conceito presente e ativo na universidade. Além disso, a implementação de políticas e ações que propiciem aos alunos o sentimento de pertencimento à instituição é indispensável para que haja de fato uma mudança na cultura da educação superior.

Por fim, pode-se concluir, também, que há contradições no processo de inclusão de alunos quilombolas, haja vista que mesmo

após a “inclusão”, os estudantes, e até mesmo a gestão da universidade, encontram obstáculos econômicos, culturais, políticos e sociais, que influenciam diretamente na permanência do discente quilombola na academia. Sendo assim, apesar da evidente democratização do acesso ao ensino superior, ainda há obstáculos que precisam ser superados, demonstrando mais uma vez que a inclusão de grupos sociais, historicamente marginalizados, precisa estar atrelada às ações de cunho educativo, visando dotar esses estudantes do sentimento de pertença à instituição, demonstrando aos demais discentes e docentes que a diferença é parte constituinte do processo de aprendizagem e da construção da cidadania.

Referências

ALMEIDA, Cristóvão; SANTANA, Aline Cristine. Identidade Quilombola e reconhecimento étnico: uma abordagem conceitual dos estudos culturais em comunicação. **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. Chapecó, 2012.

ANDRADE, Erica Batista; et al. Diversidade cultural no processo de ensino aprendizagem: experiência no PIBID. **Encontro de Iniciação à Docência da UEPB**, 2013.

AVANCINI, Marta. Democracia Racial - Mito de não existe racismo no Brasil dificulta movimentos reivindicatórios. **Revista Pré-Univesp**, nº.56, abril, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 10 ago. 2018.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69, abr.-jun. 2017.

DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA. **Estudantes da UNIFESP se manifestam contra corte de mais de 500 bolsas**. <Disponível em: https://www.causaoperaria.org.br/acervo/blog/2018/03/25/estudantes-da-unifesp-se-manifestam-contra-corte-de-mais-de-500-bolsas/#.W_arJ9tKiM9> Acesso em: 22 nov. 2018.

FINATTI, E. B. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para a implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, G. G. et al. **Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no Ensino Superior**. Santa Maria: Editora da UFSM: 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HELD, Thaisa Maira Rodrigues. Quilombo Mata Cavalo: os conflitos agrários e a violação do direito humano ao território étnico em Nossa Senhora do Livramento-MT. Conflitos territoriais e socioambientais nas Amazônias (Dossiê). **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, vol. 4, n. 8, p. 68-81. Ago. a Dez., 2017.

IBGE. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Texto: Adriana Saraiva, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>> Acesso em: 19 ago. 2018.

JODELET, Denise. **Os processos psicossociais da exclusão**. In: As artimanhas da exclusão. Sawaia, Bader (org.). 2ª edição. Editora Vozes – Págs. 53-67. Petrópolis, 2001.

LIMA, Aline Tarcila de Oliveira; et al. A trajetória das políticas de ações afirmativas para indígenas e quilombolas na Universidade federal do Pará. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, São Luiz do Maranhão, 2015.

LOURENÇO, Sonia Regina. Ações afirmativas para estudantes quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). **Campos**, v.17 n.2, p. 35-58, jul. dez. 2016.

LOWI, Theodor. “American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory”, **World Politics**, 16, p. 677-715, 1964.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ªed. São Paulo: Atras, S.A 2009.

MOURA, Clovis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Edição 34, ago/set/out, páginas 28-38, 1994.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SANTOS, Angela Maria dos; MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Quilombos e quilombolas em Mato Grosso. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p. 07-24, fev. 2016.

OLIVEIRA, Geisa Cadilhe de. Políticas de ação afirmativa para quilombolas: a inclusão das cotas específicas. **Publicações da Escola da AGU - Pós-Graduação em Direito Público - UnB v. II**, p. 171 – 188, 2011.

OLIVEIRA, Marla Vieira Moreira de. **Educar para a diversidade: um olhar sobre as políticas públicas para a educação especial desenvolvidas no município de Sobral (1995-2006)**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3), p. 887-896, setembro-dezembro, 2008.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: **As artimanhas da exclusão**. Sawaia, Bader (org.). 2ª edição. Editora Vozes – Págs. 7-16. Petrópolis, 2001.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **O que são Ações Afirmativas**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas> > Acesso em: nov. 2018.

SILVA, Joseh. **O mito da democracia racial no Brasil**. Carta Capital, 2014. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/aranha-e-o-mito-de-que-nao-ha-racismo-no-brasil-4850.html> > Acesso em: mar. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TEPERDGIAN, Maria Fernanda. **48 universidades reservam vagas para índios; confira quais são elas**. Guia do Estudante, 2018. Disponível em: < <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/48-universidades-reservam-vagas-para-indios-confira-quais-sao-elas/> > Acesso em: nov. 2018.

UFMT. **Carta de serviços ao cidadão**. Cuiabá, 2012. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/proplan/arquivos/66ad8b5ada76cfcfd898a4edb325e84af.pdf>> Acesso em: nov. 2018.

_____. **Corte de bolsa impacta permanência de indígenas e quilombolas na graduação**. Disponível em: < <http://www.ufmt.br/ufmt/site/noticia/visualizar/41384/Cuiaba> > Acesso em: nov. 2018.

VELLOSO, Jacques; CARDOSO, Claudete Batista. **Evasão na educação superior: alunos cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília.** ANPED, 2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é Universidade?** São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.